



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LUCIANA LIMA DE ALBUQUERQUE**

**ATENDIMENTO PEDAGÓGICO A ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: ESTUDO  
DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE  
EM CAMPINA GRANDE-PB**

**Campina Grande - PB  
2015**

**LUCIANA LIMA DE ALBUQUERQUE**

**ATENDIMENTO PEDAGÓGICO A ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: ESTUDO  
DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE  
EM CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

**Campina Grande - PB  
2015**

A345a Albuquerque, Luciana Lima de  
Atendimento pedagógico a aluno com síndrome de down  
[manuscrito] : estudo de caso na associação de pais e amigos dos  
excepcionais - APAE em Campina Grande-PB / Luciana Lima de  
Albuquerque. - 2015.  
58 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -  
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento  
de Pedagogia".

1. Educação Especial 2. Aprendizagem 3. Síndrome de  
Down 4. Práticas Pedagógicas I. Título.

21. ed. CDD 371.94

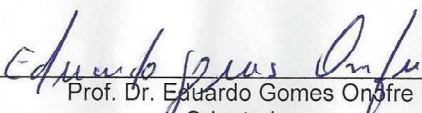
LUCIANA LIMA DE ALBUQUERQUE

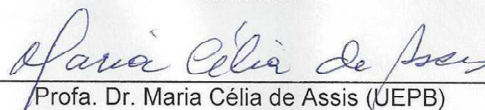
ATENDIMENTO PEDAGÓGICO A ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN:  
ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS  
EXCEPCIONAIS-APAE EM CAMPINA GRANDE-PB

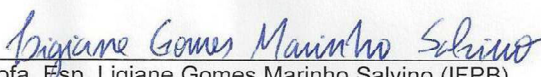
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do  
Departamento de Educação da Universidade  
Estadual da Paraíba em cumprimento às  
exigências legais para obtenção do título de  
Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 01 / 12 /2015

Banca Examinadora:

  
Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre  
Orientador

  
Profa. Dr. Maria Célia de Assis (UEPB)  
Examinadora

  
Profa. Esp. Ligiane Gomes Marinho Salvino (IFPB)  
Examinadora



### **Oração das crianças especiais**

“Bem aventurados os que compreendem o meu estranho  
passo a caminhar.

Bem aventurados os que compreendem que ainda que  
meus olhos brilhem, minha mente é lenta.

Bem aventurados os que olham e não vêem a comida que  
eu deixo cair fora do prato.

Bem aventurados os que, com um sorriso nos lábios, me  
estimulam a tentar mais uma vez.

Bem aventurados os que nunca me lembram que hoje fiz  
a mesma pergunta duas vezes.

Bem aventurados os que compreendem que me é difícil  
converter em palavras os meus pensamentos.

Bem aventurados os que me escutam, pois eu também  
tenho algo a dizer.

Bem aventurados os que sabem o que sente o meu  
coração, embora não o possa expressar.

Bem aventurados os que me amam como sou, tão  
somente como sou, e não como eles gostariam que eu  
fosse.”

(Autor desconhecido)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por jamais me desamparar nos momentos mais difíceis dessa árdua caminhada, por me conceder força espiritual para superar barreiras que surgiram ao longo dessa conquista. Ao Senhor, meu Pai Amado, dedico mais esta vitória.

À minha amada mãe, Ivonete Rodrigues Lima, por está comigo na conquista desse sonho. Obrigada pela paciência, dedicação e amor que tens por mim. Obrigada pelas palavras de carinho, incentivo e conforto. À senhora, dedico essa conquista.

Às minhas queridas companheiras de Curso Caline Melo, Mônica Teodosio, Sheila Aparecida e Jéssica Barbosa pela ajuda e apoio durante essa caminhada. Desejo que vocês voem cada vez mais alto.

Aos meus queridos irmãos, Fernanda Lima de Albuquerque e Luciano Lima de Albuquerque, vocês são exemplos de coragem, justiça e amor. Não queria outros irmãos a não ser vocês. Amo vocês.

Aos meus familiares, em especial a Maria do Livramento Lima, Jorge Januário da Silva e Rosangela Barbosa, obrigada pelo carinho e apoio nos momentos difíceis.

À Andréia Eulina, Millena Moraes, Vanessa Lúcia, Iris Rocha, Patrícia Nobrega, Bruno Tavares, Severina Sueli da Silva Oliveira, Cosma Almeida, Keine Diniz, Erika Rodrigues e família Diniz pela paciência, pelas palavras de carinho nos momentos difíceis dessa jornada, pela vibração constante, pela compreensão na época de estudo intenso, pelas palavras animadoras nas horas de desânimo, enfim, por serem verdadeiramente anjos em minha vida.

A minha amiga e irmã do coração Márcia Cristina Diniz Barros, não tenho palavras para agradecer toda força, apoio e palavras de amor que são ditas para alegrar minha vida.

Ao meu nobre amigo Joerderson John que sempre esteve comigo nos momentos alegres e tristes. Obrigada pelas lindas palavras de conforto, incentivo e carinho. Obrigada por fazer parte desse sonho.

Ao meu orientador, Eduardo Gomes Onofre, pela paciência, dedicação e atenção.

Aos meus respeitados Professores e Mestres, que me acompanharam ao longo desses quatro anos, cada qual no seu respectivo ensino e período, transmitindo conhecimento, ministrando ciência e contribuindo para a minha formação como pessoa e profissional.

Aos funcionários que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização desse sonho.

À família EJC que Deus escolheu para animar e tornar meus dias mais felizes, meu muito obrigado pelo apoio e compreensão.

À Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, por ter concedido a oportunidade de realizar minha pesquisa, aos professores e funcionários. Obrigada.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi analisar as dificuldades de aprendizagem apresentadas por um jovem com Síndrome de Down, matriculado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Campina Grande, Paraíba. Existem vários fatores que podem contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem da pessoa com Deficiência, dentre eles podemos elencar a família, a escola e a sociedade. O aluno com Síndrome de Down apresenta um déficit intelectual, necessitando assim de um Atendimento Educacional Especializado. Dessa forma, os educadores devem desenvolver procedimentos pedagógicos que possam responder satisfatoriamente às necessidades educacionais especiais desses alunos. Na nossa pesquisa, de cunho qualitativo, utilizamos como instrumento metodológico a observação participante. As observações foram realizadas de março a junho de 2015, totalizando doze atendimentos pedagógicos. Utilizamos no atendimento o Alfabeto Móvel e trabalhamos a música intitulada Peixe Vivo, cujo autor é Milton Nascimento. Durante a intervenção, percebemos que o aluno demonstrou progresso na aprendizagem do alfabeto, conseguindo diante de suas limitações ler e identificar as vogais e as consoantes. Concluimos, portanto, que procedimentos pedagógicos como os que realizamos contribuem para o desenvolvimento cognitivo do aluno com Síndrome de Down. Constatamos também que é imprescindível que o professor esteja preparado para realizar ações pedagógicas desse tipo.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Síndrome de Down. Práticas Pedagógicas.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to analyze learning difficulties presented by a young man with Down syndrome, enrolled in the Association of Parents and Friends of Exceptional (APAE) of Campina Grande, Paraíba. There are several factors that may contribute to the development of one's learning with Disabilities, among them we can list the family, school and society. The student with Down syndrome has an intellectual deficit, thus necessitating a Specialized Educational Service. Thus, educators must develop pedagogical practices that can respond satisfactorily to the special educational needs of these students. In our research, qualitative approach, used as a methodological tool participant observation. Observations were carried out from March to June 2015, totaling twelve educational visits. Mobile use in meeting the alphabet and work a song called Live Fish, whose author is Milton Nascimento. During the intervention, we realized that the student has demonstrated progress in learning the alphabet, managing to read and identify the vowels and consonants. We therefore conclude that pedagogical procedures as we do contribute to the cognitive development of students with Down syndrome. We also note that it is essential that the teacher be prepared to carry out educational activities such.

**Keywords:** Learning. Down's Syndrome. Pedagogical Practices.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Apolo, o Deus grego da Beleza.....	14
Figura 2 - Instituto Benjamin Constant.....	18
Figura 3 - Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	18

## LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ARC	National Association for Retarded Citizens
CID	Código Internacional de Doenças
IBC	Instituto Benjamin Constant
QI	Coeficiente de Inteligência
SD	Síndrome de Down

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>14</b>
2.1 A História da Educação Especial: um breve percurso .....	14
2.2 Os Pressupostos da Educação Inclusiva em Foco.....	22
2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE): a proposta atual.....	29
2.4 Compreendendo a Síndrome de Down .....	34
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>38</b>
3.1 Tipos de Pesquisa .....	38
3.2 Cenário e Participante da Pesquisa .....	39
3.3 Instrumentos da Pesquisa .....	41
3.4 Estudo de Caso .....	41
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>43</b>
4.1 O Atendimento Pedagógico Individualizado .....	43
4.1.1 Compreendendo as Vogais .....	43
4.1.2 Compreendendo as Consoantes .....	44
4.1.3 Linguagem.....	46
4.1.4 Os Jogos dos Bichinhos .....	46
4.1.5 Resolução do Problema .....	47
4.2 Observação em sala de aula e extra-sala Aluno e Professor .....	48
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>55</b>
Anexo A – Atividade A .....	56
Anexo B – Atividade B .....	57
Anexo C – Musica – Peixe vivo .....	58



## 1 INTRODUÇÃO

Estudar um tema que aborda o universo das crianças e jovens com Síndrome de Down (SD) é de grande relevância, pois possibilita conhecer melhor o problema, o porquê das pessoas com SD apresentarem algumas dificuldades no processo de aprendizagem e como ajudar esses indivíduos a terem uma boa aprendizagem, diante de suas limitações. Sabe-se que ainda existem grandes barreiras a ser vencidas, em especial o preconceito por parte daqueles que desconhecem a SD. Desse modo, buscamos entender seu conceito, suas causas e características, para que possamos ajudar essas pessoas no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

De encontro a estas informações, a questão principal que motiva este trabalho é analisar as dificuldades de aprendizagem que a pessoa com SD apresenta diante de suas limitações. Realizamos um Estudo de Caso com um aluno cujo nome fictício é Guilherme. Resolvemos ocultar seu nome para que sua identidade fosse preservada. O estudo foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na cidade de Campina Grande-PB. O Estudo de Caso teve início em março de 2015 com término em junho de 2015.

A pesquisa bibliográfica realizada e o Estudo de Caso nos levaram a entender que existem possibilidades da pessoa com SD ter um desempenho considerável, mesmo com suas limitações, e isso dependerá de acompanhamento precoce por parte dos responsáveis (família, sociedade e professores).

O nosso trabalho está organizado em cinco Itens. O Item 1 é a Introdução, na qual procuramos entender o universo das pessoas com Síndrome de Down, as dificuldades decorrentes de sua deficiência intelectual e a importância do acompanhamento multidisciplinar nos primeiros anos de vida. O Item 2 nos remete à História da Educação Especial, mostrando como a pessoa com Deficiência era vista na Antiguidade, Idade Média, Modernidade e dias atuais.

Procuramos entender as transformações que ocorreram devido à segregação, integração e inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como compreender a educação especial e a escola inclusiva. Vimos que a formação do professor, desde sua formação inicial até a formação continuada,

é de extrema importância para o desenvolvimento de atividades que levem a pessoa com deficiência a ter resultados significativos no seu processo de aprendizagem. Compreendemos que o AEE precisa ser realizado nas escolas regulares, a fim de que as pessoas com deficiência possam desenvolver suas competências e sua independência no âmbito escolar e em sociedade e, para isso, os professores precisam estar pedagogicamente preparados. Ainda neste item, buscamos compreender o que é a Síndrome de Down, assim como seus fatores, aspectos clínicos e a necessidade da pessoa com SD está incluída na AEE. No Item 3 descrevemos a metodologia utilizada, os tipos de pesquisa, o cenário da pesquisa no âmbito nacional e local, e o participante da nossa pesquisa, um jovem de 23 anos que tem SD e é usuário da APAE. Realizamos um estudo de caso, e como instrumento da pesquisa do nosso trabalho, foi feita uma pesquisa participante. No Item 4, fizemos a Apresentação e Discussão dos resultados do Estudo de Caso a que nos propomos realizar e no item 5, apresentamos as nossas considerações finais.

Diante do contexto escolar, buscamos observar o desenvolvimento global da pessoa com SD, como também suas limitações perante a Deficiência Intelectual. Percebemos que mesmo diante dos obstáculos arquitetônicos presentes nas escolas e a falta de apoio com os deficientes, tais indivíduos não se mostram, incapazes de aprender se os mesmos tiverem desde cedo um acompanhamento escolar de qualidade que proporcione meios eficazes para o desenvolvimento da sua aprendizagem.

Outro fator importante a explicitar é que a pessoa com SD precisa ser assistida desde cedo por uma equipe multidisciplinar, o que possibilitará um melhor desenvolvimento no âmbito escolar e social. Este estudo pretende entender as dificuldades de cognição da pessoa com SD como também observar as estratégias pedagógicas usadas pelos professores para que aconteça a aprendizagem significativa do aluno.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este item está dividido nas seguintes partes: a História da Educação Especial: um breve percurso; os Pressupostos da Educação Inclusiva em foco; Atendimento Educacional Especializado (AEE) (a proposta atual); compreendendo a Síndrome de Down.

### 2.1 A História da Educação Especial: um breve percurso

Para entendermos o contexto atual em que se encontra a educação especial e o seu processo face à proposta da educação inclusiva, é preciso compreender e conhecer como as pessoas com deficiência eram vistas ao longo da história da humanidade: na Antiguidade (1.500 a.C. até 474 d.C) e Idade Média 476 até 1453, na Idade Moderna e nos tempos atuais.

Ao analisar o contexto histórico, de acordo com Leite (2004), constata-se que na Antiguidade existia a veneração e valorização da beleza física, da perfeição do corpo atlético. No entanto, as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência não estariam enquadradas nesse padrão de beleza. Dessa forma, as pessoas com deficiência eram desprezadas e excluídas pelo fato de não servirem para prestar serviços de origem doméstica na sociedade em que viviam. Esse período foi uma época de grande batalha. Assim, os guerreiros, vistos pela sociedade como pessoas com um corpo perfeito, tinham uma grande participação social. A imagem a seguir caracteriza bem o corpo humano na Antiguidade:

**Figura 1:** Apolo, o Deus grego da Beleza.



**Fonte:** <http://www.brasilecola.com/mitologia/apolo.htm>.

A (Figura 1) exposta acima reflete a valorização do homem pela beleza física, através de um corpo musculoso e atlético, na Antiguidade Clássica. Desse modo, fica evidente que as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade.

Na Idade Média, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência eram perseguidas e mortas, pois sua imagem estaria associada a imagens demoníacas e a atos de bruxaria. As pessoas que apresentassem algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade e sacrificadas, ou seja, não tinham nenhum direito. (CARDOSO, 2006).

A exclusão dessas pessoas dava-se devido a algum tipo de Deficiência, seja na aparência física ou mental. Para permanecerem na sociedade e terem direito à vida só as pessoas ditas “normais” podiam ficar para trabalhar e contribuir intelectualmente para o crescimento da cidade. Não havia nenhuma preocupação com as pessoas com alguma deficiência, nenhum tratamento e cuidado para que pudessem ter direito, nem que seja o direito de viver.

Na Idade Média, a condição da pessoa com deficiência não era diferente da Grécia e Roma, pois havia exclusão e discriminação, verifica-se também que as pessoas com deficiência física ou má formação congênita, eram punidas, pois suas limitações estavam associadas a castigo ou ira de Deus. Nessa época, a crença em feitiçarias e magias era frequente, tornando a benzedura e os ritos de exorcismo entre a população pobre uma prática constante. Ainda na Idade Média, as pessoas deficientes eram excluídas, viviam à margem da sociedade e pediam esmolas nas ruas. (CORRÊA, 2010).

Nossa reflexão se volta agora para o presente. Atualmente, muitas dificuldades e barreiras ainda existem, por parte das pessoas que lidam diretamente com pessoas deficientes (família, comunidade), pois a falta de esclarecimento leva muitas vezes à incompreensão das limitações físicas e intelectuais desses indivíduos. A sociedade ainda não está preparada para conviver com o “diferente”. Dessa maneira, as pessoas com deficiência ainda continuam sofrendo preconceitos e exclusões. Vale salientar que a superproteção por parte da família, na maioria das vezes, atrapalha no desenvolvimento social e intelectual da pessoa com deficiência. Observamos ainda a resistência da família em não aceitar tal condição, impedindo,

muitas vezes que a pessoa se desenvolva e interaja de forma significativa no meio social. A convivência da pessoa com deficiência na sociedade é de suma importância. Portanto, é preciso que haja estímulos e apoio por parte da família para que o deficiente possa interagir na comunidade. Mesmo diante de discriminações ainda existentes, vimos que houve avanços da pessoa com deficiência, pois ela está sendo incluída no mercado de trabalho e no âmbito educacional.

Ainda em relação à forma como as pessoas com deficiência eram tratadas antigamente, estudos mostram que em Roma as crianças que nascessem com alguma deformidade (mutiladas e defeituosas), de acordo com a lei do tempo, eram mortas ao nascer. A lei apenas proibia as mortes de crianças com menos de 03 (três) anos de idade, caso nascessem normais (SILVA, 1987 apud CORRÊA, 2010, p. 11).

Em Roma, nem todas as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram mortas, algumas eram abandonadas e jogadas em cestos enfeitados, às margens do Rio Tibre. Os escravos e pobres ficavam às margens do rio Tibre esperando por essas crianças e, com o decorrer dos anos, eram exploradas para pedir esmolas para os romanos. Vale salientar que a prática de esmolas era muito lucrativa neste período ao ponto de crianças serem sequestradas e mutiladas para pedirem esmolas por toda cidade (CORRÊA, 2010).

Diante do que foi relatado, vimos que desde a Antiguidade a pessoa que nascia com alguma deficiência ou a adquirisse depois era vítima de preconceito, exploração e abandono e, muitas vezes, sem direito à própria vida. Culturalmente, as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência, quando não eram mortas, serviam para arrecadar dinheiro para os romanos. Dessa forma, fica evidente que as desigualdades sociais eram grandes e que essas pessoas viviam em condições desumanas, sem direito a nenhuma condição digna de vida.

Em relação à Grécia Antiga, percebemos que a forma de tratamento que era dada às pessoas com deficiência não é tão diferente da Antiguidade. Corrêa (2010) afirma que na Grécia havia preocupação com o culto ao corpo, ou seja, ao que é perfeito. Dessa forma, as pessoas que tinham algum tipo de deficiência eram sacrificadas ou escondidas da sociedade. Na cidade de Esparta também se constatava o descaso e desvalorização das crianças que apresentassem alguma

Deficiência. Essas crianças eram tidas como improdutivas e, muitas vezes, eram abandonadas ou excluídas socialmente.

Essa forma de tratar as pessoas com deficiência era desumana e cruel, apesar de fazer parte da cultura e da lei do tempo, não se levava em conta os sentimentos e os laços familiares, não existia uma política que garantisse o direito à vida. Constatamos que não havia preocupação em oferecer tratamento especializado para as pessoas que nasciam com alguma deficiência, como também não existia nenhum tipo de oportunidade de trabalho e de vida digna em sociedade. Nesta época, essas pessoas eram vistas como “monstros” e eram impedidas de sobreviver. Atualmente as pessoas com deficiência têm atendimento especializado, oportunidade de freqüentar a escola e de contribuir positivamente para o mercado de trabalho.

Na cidade de Atenas, era costume, após o nascimento de uma criança, ter uma festa com banquete para que ela pudesse ser apresentada aos parentes e logo depois iniciá-la no culto aos Deuses. Caso não acontecesse essa festa, era sinal de que a criança não sobreviveria e cabia a família fazer sua morte. (CORRÊA, 2010).

Nota-se que tanto na cidade de Atenas como na de Esparta, as pessoas com deficiência eram desvalorizadas, eram tidas como seres incapazes, por isso que não tinham a chance de estar em sociedade e, conseqüentemente, eram excluídas. Fazendo uma reflexão sobre como a pessoa com deficiência era vista na Antiguidade e Idade Média e como ela hoje é aceita, notamos que houve avanços significativos em relação à forma de tratá-la. Apesar das barreiras ainda existentes, falta de estrutura física e oportunidade de trabalho, dependendo da deficiência apresentada pelo indivíduo, vimos que seu espaço está sendo respeitado, pois existem direitos garantidos e abertura no mercado de trabalho para essas pessoas, de forma que possam contribuir socialmente para o crescimento da cidade como também serem respeitadas diante de suas limitações.

Após compreendermos o processo histórico da pessoa com deficiência na Antiguidade e Idade Média e as diferentes visões e compreensões que cada sociedade tinha em relação à pessoa com deficiência, vamos agora conhecer como foi esse processo histórico no Brasil.

No Brasil, foi criado pelo Imperador D. Pedro II, em 17 de setembro de 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que tinha por objetivo garantir educação para a pessoa cega. Em 1891, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passa a se chamar Instituto Benjamin Constant (IBC). Ainda no Rio de Janeiro na época do Império, em meados de 1857, foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES). A seguir temos figuras que ilustram esses institutos<sup>1</sup>.

**Figura 2:** Instituto Benjamin Constant.



Fonte: [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).

**Figura 3:** Instituto Nacional de Educação de Surdos.



Fonte: [www.ines.gov.br](http://www.ines.gov.br).

---

<sup>1</sup> [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).

O IBC, localizado no Rio de Janeiro, ainda hoje é referência no atendimento a pessoas com Deficiência Visual. Com o acolhimento dessas pessoas no Instituto, vimos que, com o passar do tempo, elas tiveram oportunidade para ingressar no mercado de trabalho.

A Louis Braille coube a invenção do Sistema Braille para as pessoas que não podiam mais enxergar. Desta forma, a pessoa cega podia desenvolver o uso da leitura e escrita. O Sistema Braille, após algumas adaptações, ainda hoje é usado de forma eficaz pelas pessoas cegas em varias instituições do mundo. O IBC contribui para a formação intelectual de pessoas com Deficiência, como também a prepara para exercer um ofício, uma arte, ou seja, há a profissionalização para exercer uma função específica na sociedade. Atualmente, o IBC forma pessoas cegas, dando encaminhamento para o mercado de trabalho. O IBC também atua em pesquisas e formação continuada dos profissionais da educação que participam da formação da pessoa cega<sup>2</sup>.

A inclusão das pessoas com deficiência, antes da década de 1960, foi influenciada pela Emergência da Psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a Pedagogia Institucional e o movimento de Desinstitucionalização Manicomial (MERECH, 1992 apud VOIVODIC, 2004). Através dessas influências, percebemos a necessidade da pessoa com deficiência ser mais bem acompanhada. Surgiu a preocupação em oferecer a esses indivíduos uma educação que promovesse desenvolvimento e aprendizagem, de maneira que pudessem ser inseridos na sociedade.

Foi por meio da psicanálise que começaram as inquietações sobre o que seriam as deficiências e como seriam os procedimentos médicos para seu tratamento. A partir daí, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas de forma diferente, pois existia a preocupação em detectar a deficiência para então começar a entender o comportamento da pessoa com deficiência na sociedade.

De acordo com Voivodic (2004) o movimento de desinstitucionalização manicomial teve influência da cultura nas décadas de 1960 e 1970. Este movimento

---

<sup>2</sup> [www.ibc.gov.br](http://www.ibc.gov.br).



faz com que tenhamos um novo olhar no tratamento dos doentes mentais. Desta forma, compreende-se que:

[...] Os movimentos de desinstitucionalização e antipsiquiatria proporcionam novas luzes aos processos de atendimento e tratamento dos doentes mentais. Eles revelaram a importância de situações saudáveis para o bom andamento dos sujeitos. Situações onde os doentes mentais não ficassem excluídos dos ambientes comuns. Onde a eles fosse dado o direito de participar de uma forma mais ampla e digna dos contextos sociais comuns [...]. (MERECH, 1992 apud VOIVODIC, 2004, p. 22).

A participação da pessoa com deficiência na sociedade precisa ser de forma ativa, essa participação e interação com as pessoas ditas “normais” trarão benefícios nos aspectos físicos, emocionais e intelectuais. A interação, o acompanhamento e a aceitação da família e da comunidade nesse processo de inserção da pessoa com deficiência na sociedade é de suma importância para seu desenvolvimento. É preciso entender que as pessoas com deficiência devem ser respeitadas e, dependendo do grau de sua deficiência, podem ser capazes de desempenhar certas atividades, só é necessário que haja oportunidade e estímulos para sua realização.

Por Pedagogia Institucional compreende-se que foi uma pedagogia influenciada pelos situacionistas internacionais. Ela foi importante no sentido de que se tinha um novo olhar para a educação. Através do modelo de situação, os situacionistas alertaram sobre o contexto social em que o indivíduo está inserido, é através desse contexto que o indivíduo criará condições ou não para o seu desenvolvimento. É uma pedagogia que orienta sobre a importância do aluno estar inserido no contexto educacional. (VOIVODIC, 2004).

Sabemos que para que aconteça o desenvolvimento intelectual do indivíduo é necessário que a escola proporcione atividades e debates que levem o aluno a pensar e a desenvolver seu senso crítico. Desta forma, a professora precisa acompanhar os alunos nas atividades para identificar se estão sendo benéficas ou não. Os alunos precisam estar inseridos na sociedade e na escola de forma ativa, interagindo e buscando meios que proporcionem sua aprendizagem no meio social.

Em relação aos direitos humanos, vimos que os seus princípios são encontrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Observamos que houve vários acontecimentos no decorrer das décadas de 1950, até os dias

atuais. Nos Estados Unidos, mais especificamente entre as décadas de 1950 e 1960, foram os pais dos alunos com deficiência que fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens (ARC), tendo por finalidade reivindicar boa educação para seus filhos, assim como defender o direito de estudar em escolas regulares de ensino. Ainda nos Estados Unidos, em meados da década de 1970, foram feitos programas de cunho educacional para as pessoas com deficiência com o intuito deles frequentarem as salas de aula regulares, tendo o apoio de vários serviços especializados. (VOIVODIC, 2004).

A partir da década de 1950, as inquietações por parte dos pais das crianças com deficiência começam a aflorar. A preocupação com a qualidade do ensino e a inclusão das crianças com deficiência em escolas regulares com bom atendimento começa a ser uma prioridade para os pais.

Vimos anteriormente que nos Estados Unidos houve manifestações de pais de crianças com deficiência para que seus filhos tivessem direito à educação de qualidade, assim como fossem inseridos em escolas normais.

Já no Brasil, a educação de pessoas com Deficiência teve início em estabelecimentos especializados, ficando assim as pessoas com Deficiência separados das pessoas ditas “normais”. Foi só a partir da década de 1960, sob influência dos movimentos que ocorreram nos Estados Unidos, que começaram os movimentos para que a pessoa com deficiência ficasse integrada em escolas comuns. Em fase experimental, na cidade de São Paulo, foi criada a primeira sala de recursos para que os deficientes visuais aprendessem em classes comuns. Dessa forma, foi em meados da década 1960 e 1970 que no Brasil começaram a aparecer programas direcionados para a integração escolar da pessoa que apresenta deficiência mental, como alternativa a institucionalização. (VOIVODIC, 2004).

Em relação à Educação Inclusiva no Brasil, foi um movimento que surgiu em meados da década de 1980, neste período, houve algumas manifestações de várias organizações da sociedade civil, incluindo a associação de pessoas com necessidades educacionais especiais que cooperaram diretamente para que a constituição de 1988 agregasse os ideais da educação para todos e para que as políticas educacionais brasileiras tivessem alterações. (LOURENÇO, 2010).

Dessa forma, a educação inclusiva, além de ser uma educação para todos, precisa ser, antes de qualquer coisa, uma educação de qualidade, em que seja garantida ao aluno uma aprendizagem e um desenvolvimento em suas atividades cognitivas. A escola precisa estar preparada para a educação inclusiva, de forma que o corpo docente esteja apto a trabalhar com a diversidade e em especial com as pessoas com deficiência.

Mesmo diante de alguns direitos garantidos por lei e com avanços e esclarecimentos acerca da deficiência física e mental, ainda presenciamos na sociedade discriminação e preconceito diante da pessoa com deficiência. Muitas vezes, a sociedade enxerga como um ser incapaz e limitado, não consegue perceber que, apesar de suas limitações, são pessoas que através de estímulos, acompanhamento e oportunidade são capazes de desenvolver suas aptidões com competência. Para que isso aconteça, é preciso que as pessoas eliminem os preconceitos ainda existentes e comecem a enxergá-los como indivíduos aptos a contribuir de alguma forma para o crescimento e desenvolvimento da sociedade.

## 2.2 Os Pressupostos da Educação Inclusiva em Foco

Atualmente, vivemos o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na nossa escola e sociedade. Com o passar do tempo, vimos que houve grandes transformações sociais nesse processo e isso aconteceu devido à segregação, integração e inclusão.

Na segregação tem-se a ideia de que o aluno que precisa da educação especial necessita de um lugar onde possa ser bem cuidado e tratado, isto é, um lugar segregado. Dessa forma, ocorreu uma grande expansão de ambientes segregados como institutos, manicômios e hospitais. (LEITE, 2014).

Quando nos reportamos ao termo integração, entendemos que o aprendiz deverá ser preparado para ser transferido da escola especial para a escola regular de ensino. Na integração, essa transposição do aluno para escola regular resultará também em novas práticas docentes, como também na transferência dos equipamentos ou recursos necessários para o desenvolvimento da aprendizagem significativo dos alunos da escola especial para a escola regular de ensino. Já no

processo de inclusão na escola regular, é necessário que haja algumas mudanças no que diz respeito ao currículo, a avaliação e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos educadores, como também as formas de agrupamentos das atividades propostas em sala de aula pelo professor. (MITTLER, 2003).

O processo de inclusão da pessoa com necessidade educacional especial na escola regular de ensino requer um novo olhar por parte da família, professores, funcionários e toda comunidade. A escola regular precisa estar preparada para receber a pessoa com necessidades educacionais especiais. A escola deve estar estruturalmente organizada, ou seja, precisa ter recursos pedagógicos que favoreçam, de forma direta e indireta, o desenvolvimento do aluno. O currículo necessitará de ajuste e os professores precisam estar preparados para receber essas pessoas, como também devem ser incluídos em cursos de capacitação para poderem desenvolver um trabalho que proporcione uma aprendizagem significativa para o aluno.

Ainda referente ao termo inclusão, acredita-se que é um processo em que todos os alunos, independentemente de grau e tipo de incapacidade, serão recebidos em salas de aula regular sem apoio dos serviços da escola especial. (VOIVODIC, 2004).

A escola regular de ensino, ao incluir a criança com necessidades educacionais especiais, deve estar preparada para acomodar as crianças com todos os tipos de necessidades educacionais. A escola, de forma geral, precisa estar organizada, tanto no aspecto pedagógico quanto na estrutura física. Não adianta incluir a criança na sala regular de ensino se não existir apoio para o corpo docente trabalhar, pedagogicamente. Para que essas crianças possam estar incluídas na escola regular é necessário que os professores tenham formação continuada, de modo que possam conhecer os tipos de deficiência no sentido de que possam aprender estratégias pedagógicas para contribuir satisfatoriamente para a aprendizagem significativa desses alunos.

Além da pessoa com necessidades educacionais especiais está matriculada na escola regular de ensino, é importante que ela esteja freqüentando uma escola especializada, pois neste âmbito ela será mais bem assistida, tendo bom desempenho no seu desenvolvimento escolar e social. A inclusão no ensino regular

é um processo que irá afetar os profissionais da educação como também o aluno. Nesta inclusão, a pessoa com deficiência será vítima de preconceitos, o que poderá dificultar a sua aprendizagem. Na inclusão, vimos que na maioria das vezes a pessoa com deficiência, ao adentrar na escola, não tem apoio pedagógico suficiente para o desenvolvimento da sua aprendizagem. Desse modo, acaba abandonando o ensino regular, o que ocasionará prejuízos na sua aprendizagem e na sua vida social.

De acordo com Mittler (2003) a inclusão no campo da Educação é considerada como um processo de reforma na arquitetura do ambiente escolar. Percebe-se que essa nova estrutura tem como objetivo garantir a entrada e a participação do educando e da comunidade na escola, sem que ele se sinta separado das crianças consideradas “normais”.

Além de pensar no processo inclusivo nas escolas, é preciso pensar como a escola receberá a pessoa com necessidade educacional especial. Ela necessitará de adaptações físicas adequadas, salas de AEE, preparação de todos os profissionais que compõem a escola no sentido de conscientizar, através de cursos de extensão e palestras, como será feito o trabalho com pessoas com deficiência.

É prudente que se faça um trabalho de conscientização com os pais, para que eles possam participar no desenvolvimento global da criança. Apesar das dificuldades que a pessoa com deficiência irá encontrar ao adentrar a escola, para ela será importante a convivência com outras crianças ditas “normais”, já que vão poder interagir, podendo aprender e desenvolver-se socialmente e intelectualmente. Além disso, para as crianças consideradas “normais” é interessante o contato com as pessoas com deficiência, de forma que elas possam aprender a conviver desde cedo com a diversidade. É relevante que os professores trabalhem desde cedo os valores morais com a turma, mostrando que todos merecem respeito, independentemente da sua condição intelectual, social e econômica.

Mittler (2003) ressalva que quando pensamos nas mudanças de paradigmas, ou seja, no que diz respeito ao defeito e aos modelos sociais, entendemos que é preciso ter uma nova reflexão sobre as políticas e as práticas educacionais propostas em relação às dificuldades de aprendizagem e de comportamento da criança.

Vimos que existem várias políticas educacionais que contemplam a educação especial, mas na realidade ainda presenciamos a falta de conhecimento sobre o assunto por parte do corpo docente e da sociedade. As propostas de políticas educacionais devem ser condizentes com a realidade do educando e da escola, pois o que é oferecido para nosso sistema educacional não é suficiente para a concretização da aprendizagem das pessoas com necessidades educacionais especiais. São propostas dos órgãos públicos, através de leis a inclusão, no entanto, ainda são poucas as escolas que têm estrutura e profissionais capacitados para realizar esse trabalho.

É preciso fazer investimentos no trabalho dos profissionais desde sua formação. Outra forma de conscientizar desde cedo as pessoas é por meio de campanhas e projetos que favoreçam o esclarecimento das deficiências e como trabalhá-las. No próprio ambiente educacional, buscar compreender as diversas deficiências físicas e cognitivas para trabalhar as diferenças e buscar ter práticas pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento. Desta forma, poderemos vivenciar uma educação inclusiva na qual a pessoa deficiente seja, de fato, contemplada dentro de suas limitações.

É conveniente que haja compatibilidade das dificuldades que a criança apresenta com o modelo social proposto. Entende-se que o defeito vai estar nas dificuldades apresentadas pela criança e que o modelo social da deficiência está na sociedade e nos estabelecimentos que não dão oportunidades e acabam por discriminar e excluir. No entanto, é preciso tirar essas barreiras para que a pessoa com deficiência seja contemplada. (MITTLER, 2003).

Ao entender que a deficiência é individual ao ser, é compreensível que não são as pessoas com deficiência que devem se adaptar-se á sociedade e sim a sociedade é que deve buscar meios de inserir e fazer com que a pessoa com deficiência interaja no meio social, respeitando, compreendendo e ajudando essas pessoas a exercerem seus direitos enquanto cidadãos. Diante da deficiência apresentada pelo aluno, é preciso que a escola disponha de recursos didáticos pedagógicos e estrutura adequada que favoreça o seu desenvolvimento global.

Quando observado que existem algumas dificuldades no processo de ensino e aprendizagem com o aluno, é preciso ajudá-lo e para isso é importante conhecer

as dificuldades de aprendizagem para logo serem diagnosticadas, e isso se dará através de avaliações globais como também por meio de programas de intervenção e apoio baseados nas análises (MITTLER, 2003).

Dessa forma, a escola, ao receber a pessoa com deficiência, precisa estar atenta à deficiência que o indivíduo apresentar. O professor precisa ter um olhar clínico, analisando o aluno em todos os seus aspectos, seja emocional, cognitivo e social, e, ao identificar a deficiência, é necessário buscar meios pedagógicos que levem o aluno a desenvolver-se satisfatoriamente. É importante que a família seja participante nesse processo de aprendizagem. Apresentar os laudos médicos que comprovem a deficiência do aluno é relevante para que todos os que compõem a escola, e em especial os professores, possam agir especificamente na deficiência, de forma que ele apresente evoluções na aprendizagem. Dessa forma:

[...] o objetivo é auxiliar a criança a se encaixar no sistema educacional e beneficiá-la com o que a escola possa oferecer-lhe. Nesse caso, não se assume que a escola precisa mudar de qualquer forma para acomodar uma criança em particular ou para responder a uma maior gama de diversidade na população estudantil. (MITTLER, 2003, p. 25).

Para que a escola regular receba a criança com deficiência é necessário que ela apresente um currículo satisfatório que possa contemplar a aprendizagem do aluno. O corpo docente precisa conhecer a realidade da criança com deficiência, como funciona seu cognitivo, bem como conhecer as ações pedagógicas que venham a ajudar a criança no seu processo de aprendizagem significativa.

A partir do momento em que a sociedade e o poder público estão empenhados em modificar o ambiente (escola), através de políticas públicas que tragam benefícios para os alunos e para todos que compõem a educação, ela estará preocupada em dar melhores condições para que o aluno apresente algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

Cientes da necessidade da Educação Especial nas escolas regulares de ensino, por Educação Especial de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996, no seu artigo 58, do capítulo V, temos:

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

A educação especial é uma modalidade da educação escolar que permite desenvolver um bom trabalho com pessoas com necessidades educacionais especiais. É através da educação especial que as crianças com Síndrome de Down podem ter melhor desempenho ou acompanhamento nas atividades propostas no espaço escolar, contanto que a professora tenha formação adequada para realizar atividades que proporcionem o desenvolvimento cognitivo e social do aluno.

Após analisar a Educação Especial no espaço educacional, é preciso compreender como funciona a Escola Inclusiva. A Declaração de Salamanca sobre o princípio fundamental da escola inclusiva orienta que:

[...] Todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades [...] (UNESCO, 1994).

Sabemos que o processo de inclusão da pessoa com deficiência na escola inclusiva é um desafio, tanto para o aluno quanto para o corpo docente. A diversidade em sala de aula é imensa, levando-se em conta que cada pessoa tem um ritmo de aprendizagem diferente do outro. A escola inclusiva deve ser antes de tudo uma escola de qualidade, seu currículo deve ser flexível para aqueles que têm necessidade educacional especial, os métodos pedagógicos e estratégias precisam ser capazes de despertar o interesse do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem. O respeito pelos colegas de sala de aula pelos limites físicos e intelectuais da pessoa com deficiência deve ser trabalhado pelo professor, para que o aluno não sofra preconceitos e exclusão.



Ainda se tratando da escola inclusiva, torna-se necessário que o aluno que apresenta deficiência tenha um bom acompanhamento nas suas atividades na sala de aula e no AEE e extra-sala, juntamente com a colaboração da família.

Para Mittler (2003, p. 27) “a essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno da escola.” Sabemos que na realidade em que estamos inseridos, nossas escolas ainda não possuem estruturas adequadas e ainda são poucos profissionais capacitados para trabalhar com as crianças que apresentam algum tipo de deficiência. Para tanto, o professor precisa ser orientado a realizar um bom trabalho com os recursos pedagógicos disponíveis na escola. Em sala de aula, deve trabalhar de forma dinâmica com esses recursos para que o interesse do aluno seja despertado e o aprendizado garantido. O professor deve ainda buscar, além do âmbito educacional, recursos didáticos extras que sejam eficazes para a aprendizagem dos alunos.

O diretor das escolas, o governo e os coordenadores de educação especial, são, cada um a seu modo, responsáveis por assegurar que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pelas escolas. (MITTLER, 2003, p. 27).

Os profissionais que estão envolvidos com a educação são responsáveis em oferecer uma educação de qualidade para nossas crianças com necessidades educacionais especiais, como também para as ditas “normais”. No entanto, existem algumas escolas que ainda não têm estrutura física básica adequada como: corrimãos, sanitários adequados, calçamento emborrachado, salas especializadas para que as crianças possam ser mais bem assistidas, material didático especializado, como também apoio para os professores. A falta de estrutura física e a falta de conhecimento de como trabalhar tais deficiências acabam deixando prejudicados os alunos com necessidades educacionais especiais, como as barreiras arquitetônicas ainda muito presentes nas instituições de ensino em nosso país.

A respeito do currículo apresentado pela escola, sabemos que para as pessoas que têm algum tipo de deficiência ele precisará de adaptações, de forma que o aprendizado e as limitações da pessoa com deficiência sejam respeitados.

Outro ponto importante que devemos refletir é sobre a formação do professor que trabalha com pessoas com necessidades educacionais especiais, pois elas precisam estar bem capacitadas, de forma que possam proporcionar um bom ensino.

Na formação inicial, na graduação, todos os futuros professores da educação básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva. (MARTINS, 2009, p. 110).

Ainda com relação à educação inclusiva, outra questão que merece destaque é a importância de uma boa formação do professor. Os conteúdos específicos precisam ser trabalhados intensamente na universidade, de forma que haja esclarecimento mais preciso do conceito da deficiência, suas leis, sua aplicabilidade e de como desenvolver um bom trabalho em sala de aula para que a criança possa aprender os conteúdos e ter conhecimento de mundo.

Outra questão relevante é em relação à importância da formação continuada dos profissionais da educação. Ao refletirmos sobre a formação continuada entendemos com Martins (2009) que essa formação precisa trazer benefícios tanto para o professor quanto para o aluno. No entanto, a formação continuada não deve ser oferecida apenas para a obtenção do conhecimento, mas para que através dos conhecimentos obtidos haja mudanças significativas no âmbito escolar e nos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, o professor, ao participar da formação continuada, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da criança. Pode entender melhor o universo da pessoa com necessidade educacional especial. O educador, ao identificar a deficiência do aluno, precisa conhecer suas limitações e, ao mesmo tempo, focalizar nas potencialidades que ele já tem e que possa vir a desenvolver para, a partir daí, empregar estratégias metodológicas que favoreçam o aprendizado. O primeiro passo do educador ao identificar que a criança tem Síndrome de Down é buscar compreender seu conceito, a realidade em que a pessoa está inserida e, logo depois, buscar atividades que estimulem seu cognitivo, de forma que ela possa desenvolver a aprendizagem. A parceria família, equipe

multidisciplinar e escola também são primordiais para o desenvolvimento integral da pessoa com Síndrome de Down. Atualmente, nas escolas regulares de ensino, são poucos os professores que são capacitados para trabalhar com pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, dessa maneira, é preciso que as escolas promovam cursos de capacitação para os docentes para que eles desenvolvam práticas pedagógicas significativas para o desenvolvimento global do aluno.

### 2.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE): a proposta atual

Por Atendimento Educacional Especializado (AEE), entende-se que é um serviço da educação que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (RAPOLI, 2010, p. 17).

O AEE deve ser realizado na escola regular de ensino e contempla pessoas que apresentam vários tipos de deficiências, sejam elas físicas ou de cognição, no entanto, o professor, ao recepcionar o aluno, precisa primeiramente conhecer sua história de vida, observar seu comportamento, identificar suas dificuldades e logo após proporcionar metodologias pedagógicas que sejam eficazes no processo de aprendizagem do aluno dentro da sala de aula e na sociedade.

De acordo com Rapoli et al. (2010), o AEE é obrigatório nos sistemas regular de ensino e seu recinto é denominado de Sala de Recursos Multifuncionais. O AEE é parte integrante do projeto político pedagógico da escola, esse atendimento é um complemento na formação do aluno, tendo como objetivo seu desenvolvimento e sua autonomia no âmbito escolar.

Dessa forma, o AEE é de suma importância para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem do aluno. É importante salientar que o professor que fizer o acompanhamento no AEE, precisa ser capacitado para desenvolver trabalhos que tragam benefícios para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. O ideal é que haja interação com outros professores acerca das atividades desenvolvidas em sala de aula, bem como a participação da família, são fatores positivos no processo de desenvolvimento e aprendizagem significativa do aluno. Ainda são poucas as escolas regulares que disponibilizam desse atendimento, e quando tem,

vivenciamos a falta de recursos pedagógicos, como também a falta de profissionais qualificados para atender as pessoas com deficiência, o que prejudicará o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Para buscarmos formas de ajudar as pessoas com deficiência é preciso entender o seu mundo para então ajudá-las em seu processo de ensino-aprendizagem, dessa maneira, é necessário refletir sobre o conceito de Deficiência e Deficiência Intelectual. Sobre Deficiência entendemos que:

A Convenção da Guatemala, internalizada á Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como {...} “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 2).

A pessoa com deficiência precisará de atenção especial por parte da família, da escola e da sociedade. Por ser uma pessoa que pode apresentar algumas limitações no seu aspecto físico e/ou cognitivo, necessitará na escola de acompanhamento especial e de uma equipe multidisciplinar (médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, psicopedagogos) para seu acompanhamento extra-escolar. Desse modo, será possível garantir seus direitos e a construção do conhecimento através de um mediador ou profissional. Qualquer ambiente para estar apto a receber a pessoa com deficiência precisará estar bem estruturado e adaptado para melhor atendê-la.

Ao definir o termo Deficiência, Voivodic, (2004) ressalva que são vários conceitos que podem nos levar a sua compreensão. No entanto, podemos considerar que a deficiência mental é conceituada pela Associação Americana de Desenvolvimento Mental como condição em que o cérebro fica limitado no seu desenvolvimento, dessa forma, o indivíduo apresentará dificuldades na aprendizagem, como também no meio social em que está inserido.

O indivíduo com Deficiência Intelectual apresentará limitações em alguns aspectos, tanto de natureza cognitiva como os que envolvem seu desenvolvimento na sociedade. No entanto, é preciso que a família busque desde cedo ajuda de

profissionais qualificados que irão orientá-la a respeito de como entender e ajudar a pessoa com deficiência.

Em relação ao diagnóstico da Deficiência Mental, vimos que foi utilizada por muito tempo a medida do Coeficiente de Inteligência (QI) como parâmetro de definição dos casos. O próprio Código Internacional de Doenças (CID 10), desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, ao especificar o Retardo Mental (F70-79), oferece um conceito baseado no coeficiente de inteligência, sendo classificada como leve, moderada e profunda, dependendo do seu comprometimento. As pessoas com Deficiência Mental podem ainda apresentar outros sintomas como dificuldades no aprendizado e comprometimento no comportamento. (BATISTA; MANTOAN, 2007).

Sobre o diagnóstico da deficiência mental entendemos que:

O diagnóstico de deficiência mental está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. Equipes interdisciplinares de instituições educacionais também o realizam. De um modo geral, a demanda atende propósitos educacionais, ocupacionais, profissionais e de intervenção. (CARVALHO et al., 2003 apud TÊDDE, 2012, p. 23).

Ao notar algum comportamento diferenciado no desenvolvimento da criança, cabe aos pais ou responsáveis levá-la o mais cedo possível para uma análise clínica. A equipe educacional também precisa estar atenta para comportamentos que levem a um possível diagnóstico da Deficiência. Quando existe um trabalho em equipe fica mais fácil fazer intervenções que levem ao desenvolvimento da criança.

Refletindo sobre a Deficiência Intelectual, a Organização das Nações Unidas divide os fatores da Deficiência Intelectual em causas que são de ordem: genética e ambiental. Como existem diversas causas para seu desenvolvimento, torna-se difícil encontrar uma específica para seu diagnóstico, portanto, existem algumas causas que são mais conhecidas e são identificadas em: causas intra-individuais e causas externas ao indivíduo. (HONORA; FRIZANCO, 2008 apud LEITE, 2014, p. 24).

As causas Intra-Individuais:

[...] genética: a deficiência resulta de transmissão hereditária, quando um dos pais é portador, ou o seu código genético contém um gene causador da deficiência, ou ainda devido à anomalias nos cromossomos (trissomia 21, trissomia 18, Síndrome de Klinefelter); metabólica: a deficiência resulta de alterações metabólicas associadas a alterações endócrinas ou a incapacidade de produzir determinadas proteínas ou enzimas, quando determinados genes associados a essas substâncias não funcionam (fenilcetonúria, galactosemia); doenças cerebrais graves: a deficiência resulta do aparecimento de tumores na região cerebral, ou ainda, de desordens degenerativas (neurofibromose, esclerose tuberosa, etc.); desordens psíquicas: a deficiência resulta de certos casos de autismo e esquizofrenia. (HONORA; FRIZANCO, 2008 apud, LEITE, 2014, p. 25).

#### As causas externas ao indivíduo:

Fatores pré-natais (antes do nascimento): infecções e intoxicações (ex: rubéola, sífilis, toxoplasmose, drogas, intoxicação por chumbo ou mercúrio, radiações), desnutrição materna, precariedade na assistência à gestante, alcoolismo, ingestão de álcool, uso de drogas e cigarros pela gestante, efeitos de medicamentos proibidos para mulheres grávidas, poluição ambiental; fatores Peri-natais (do nascimento até um mês de vida do bebê): falta de assistência ou traumas no parto, prematuridade ou baixo peso do bebê, incompatibilidade de fator RH, falta de cuidados básicos com o bebê, hipóxia (oxigenação do cérebro insuficiente), anóxia (falta completa de oxigenação no cérebro), icterícia grave do bebê; fatores pós-natais (após o primeiro mês de vida do bebê): traumatismo craniano (quedas), desnutrição, desidratação grave, intoxicações (venenos, remédios, inseticidas, produtos químicos como chumbo ou mercúrio), infestações com a larva do *Taenia Solium*; fatores ambientais: ausência de estimulações no ambiente, como por exemplo crianças de orfanatos, empobrecimento nas relações afetivas, entre outras. (HONORA; FRIZANCO, 2008 apud LEITE, 2014, p. 25).

Como vimos, existem várias causas para o desenvolvimento da Deficiência Intelectual, desde a causa genética até as causas externas ao indivíduo. Qualquer pessoa, independentemente de classe social ou raça, pode ter ou pode desenvolver as limitações intelectuais. Para os fatores externos podemos, em alguns casos, através de cuidados e informações, prevenir o desenvolvimento da Deficiência Intelectual.

Durante a História da educação das pessoas com deficiência, observamos que houve várias mudanças no decorrer dos anos em relação ao termo correto a ser utilizado, no entanto, a deficiência intelectual é usada atualmente para substituir o que antes era conhecido como deficiência mental.

De acordo com Tédde (2012) a Deficiência Intelectual pode ser entendida segundo a DSM-IV tr, (Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais)

como: Funcionamento intelectual inferior à média: QI de aproximadamente 70 ou abaixo; Déficits ou prejuízos concomitantes no funcionamento adaptativo atual, em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança; Início anterior aos 18 anos.

A pessoa com deficiência intelectual poderá ter uma lentidão ou comprometimento em algumas áreas, seja no aspecto da aprendizagem ou no social, mas isso não implica dizer que ela não será capaz de desenvolver outras habilidades. A participação da família em fazer algumas observações acerca do comportamento da pessoa desde cedo é de suma importância, de forma que a pessoa deverá ter acompanhamento especializado precocemente, o que será bom para seu desenvolvimento global.

Na Deficiência Intelectual as necessidades e capacidades dessas pessoas podem apresentar variações em quatro áreas distintas que são: área motora; área cognitiva; área de comunicação e área sócio-educacional. Na área motora, as pessoas com deficiência intelectual considerada de grau leve podem apresentar algumas alterações na motricidade fina. Para os casos mais complicados, vão ser identificadas incapacidades motoras mais acentuadas, como as dificuldades de manipulação e coordenação. (HONORA; FRIZANCO, 2008 apud TÊDDE, 2012).

Na área cognitiva: a pessoa com Deficiência Intelectual pode apresentar dificuldades na aprendizagem, na capacidade de memorização, incluindo a resolução de atividades. Mesmo existindo comprometimento na aprendizagem, essas pessoas podem se desenvolver e atingir os mesmos objetivos escolares que alunos considerados “normais”, sendo que alguns terão ritmo mais lento. Na área de comunicação: algumas pessoas com Deficiência Intelectual apresentam dificuldades na comunicação o que lhe trará prejuízos nas relações sociais, mais precisamente no âmbito escolar. Na área sócio-educacional: nessa área verifica-se a discrepância entre a idade mental e a idade cronológica, para melhor interação social é importante que os alunos com deficiência fiquem em contato com os pares da mesma idade cronológica, desta forma, haverá maior interação e participação e o mesmo terá oportunidade de realizar em sala de aula as mesmas atividades, como

também, poderá vivenciar outros comportamentos, atitudes e valores que corresponde a sua faixa etária. (HONORA; FRIZANCO, 2008 apud TÊDDE, 2012).

## 2.4 Compreendendo a Síndrome de Down

A Síndrome de Down (SD) é uma cromossomopatia, da qual seu quadro clínico é esclarecido por um desequilíbrio na constituição cromossômica, ou seja, a presença de um cromossomo a mais no par 21, caracterizando uma trissomia 21, da qual pode se entender que existe a presença de um cromossomo a mais no cariótipo do indivíduo, fazendo com que o número total de cromossomos na SD seja 47 e não 46. (BRUMONI, apud VOIVODIC, 2004, p. 39).

Observa-se que existem fatores que podem modificar a incidência da SD e são classificados em ambientais exógenos ou endógenos. Schwartzman (1999, apud VOIVODIC, 2004, p. 40) ressalva que nos fatores endógenos leva-se em conta a idade da mulher, pois mulheres mais velhas vão apresentar maiores riscos de terem filhos trissômicos, e isso se dará pelo fato de seus óvulos estarem envelhecidos.

Devido a esse fator, torna-se importante que a mulher faça seu planejamento para que possa engravidar antes dos 30 anos de idade para que não corra o risco de apresentar fatores endógenos ou até mesmo que não seja uma gravidez de risco para a mãe e para o filho.

Nos fatores ambientais, a SD pode ser diagnosticada ainda na fase gestacional, através do pré-natal que irá identificar as alterações fenotípicas. Outra forma de diagnosticar a SD é no nascimento, através de características e alterações fenotípicas que a criança possa vir a apresentar. (VOIVODIC, 2004).

Os fatores ambientais mostram a importância de a mulher realizar desde cedo o pré-natal, quando será diagnosticada a Síndrome de Down. Ao ser confirmado, é necessário que a mãe tenha apoio familiar, bem como de profissionais, para que vá se conscientizando e aceitando que sua criança



apresentará, após nascimento, comportamentos e características físicas diferenciadas.

Ao estudar a SD, vimos que a mesma pode ser causada por alguns tipos de comprometimentos cromossômicos que são: Trissomia simples, translocação e mosaicismo. Observa-se ainda que a Trissomia Simples é a incidência mais comum nos casos de Síndrome de Down. Acontecerá à disjunção do cromossomo 21 o qual ocorrerá a trissomia, desta forma o 3º cromossomo extra ao par 21 causará a Síndrome. (VOIVODIC, 2004).

A trissomia por translocação e o mosaicismo se dá da seguinte forma: a trissomia por translocação não é uma trissomia que se dá livremente, pois seu cromossomo adicional está sobreposto a um cromossomo de outro par. Por translocação compreende-se que o cromossomo do par 21 e outro ao qual houve um agrupamento sofrerá uma quebra na sua região central. Já o mosaicismo vai ser caracterizado pela apresentação de um percentual de células consideradas normais (46 cromossomos) e outro percentual com células trissômicas (47 cromossomos). (VOIVODIC, 2004).

Sobre os aspectos clínicos mais frequentes na Síndrome de Down, temos os de natureza física e clínica que são: alteração no comprometimento intelectual; as crianças apresentam mãos largas e dedos curtos; baixa estatura; orelhas displásicas; fissura palpebral oblíqua; cardiopatias congênitas; hiperextensão articular; aumento da vascularização retiniana; retardo das funções auditivas; pescoço curto e grosso. (CICILATO; ZILOTTI; MANDRA, 2010).

Esses aspectos clínicos podem ainda ser identificados no pré-natal e logo após o nascimento. Essas pessoas vão apresentar diferenças físicas em relação a outras pessoas “normais”, mas, com o acompanhamento desde cedo, podem desenvolver-se saudavelmente e conviver normalmente em sociedade.

Ao analisar os estudos referentes à SD Voivodic (2004) salienta que as crianças com SD possuem características físicas praticamente iguais pois, esse fator está relacionado ao fenótipo. No entanto, o mesmo não acontece em relação ao seu desenvolvimento e comportamento, já que existem fatores externos que contribuem diretamente nesse processo.

O desenvolvimento intelectual e social da pessoa com SD dependerá da conscientização da família e da sociedade acerca do conhecimento da SD. A família ao receber o diagnóstico da criança precisa procurar meios eficazes para ajudá-la. No entanto, proporcionar educação regular e especial será um ponto positivo para o desenvolvimento da pessoa.

As crianças com SD apresentam inúmeros comportamentos que vão interferir no seu processo de desenvolvimento, tanto no meio em que estão inseridos como no seu processo de desenvolvimento da aprendizagem. Essas pessoas podem comprometer o desenvolvimento motor, nos aspectos cognitivos, no processo de linguagem e memória como também na interação social. (VOIVODIC, 2004).

Observamos que as crianças com SD devido a sua deficiência intelectual podem apresentar dificuldade em algumas áreas, para tanto, é preciso que haja estimulação precoce no desenvolvimento motor, na aprendizagem, atenção, interação social e memória. A ajuda de uma equipe multidisciplinar e a compreensão da família é de extrema importância para seu processo de desenvolvimento. O acompanhamento precisa ser de forma que o indivíduo consiga aos poucos sua independência nas relações sociais.

Dessa maneira, a pessoa com SD precisa de atenção especial, principalmente no âmbito familiar e escolar. Na escola, esse sujeito necessitará de acompanhamento especial nas suas atividades e, conseqüentemente, terá que ser incluída no AEE, já que terá comprometimento intelectual, impossibilitando-lhe de realizar suas atividades sozinhas. Mas o fato de ela ter esse comprometimento em algumas áreas não significa que não consiga aprender, pois ela poderá se desenvolver de forma significativa, mas o processo é lento e por isso precisará de acompanhamento desde cedo por professor qualificado e pela equipe multidisciplinar.

As pessoas com SD podem ter uma vida normal quando acompanhada por profissionais qualificados que ajudem no seu desenvolvimento. São pessoas que sentem os mesmos desejos e sonhos de uma pessoa considerada "normal", a diferença é que precisam de atenção e cuidado em algumas atividades que

desempenham. Estimular sua independência desde os primeiros anos de vida é fundamental para que ela consiga desenvolver suas atividades do cotidiano.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipos de Pesquisa**

Os procedimentos metodológicos realizados no presente trabalho foram de natureza exploratória, visto que de acordo com Gil (2002) este tipo de pesquisa tem por finalidade o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, onde seu planejamento será flexível de forma que possibilitará a consideração dos diferentes aspectos relativos ao fato estudado.

Além disso, o trabalho é de abordagem qualitativa, pois teremos a interpretação de dados relativos à natureza dos fenômenos estudados, como também o ajuste e análise dos dados apresentados. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa que não trabalha o uso de hipótese, de experimentação e nem filiação teórica metodológica, ou seja, é uma pesquisa que tem por objetivo a interpretação e compreensão dos fatos que serão estudados. (RODRIGUES, 2007).

A princípio realizamos um levantamento bibliográfico a cerca das dificuldades de aprendizagem que a pessoa com deficiência apresenta. Consoante Gil, (2002), entende-se que é na pesquisa bibliográfica, por meio de materiais como livros e artigos científicos, que podemos desenvolver uma pesquisa. Devido aos meios de manuseio, os livros podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência.

Ainda citando Gil (2002), observa-se que os livros de leituras correntes e referenciados de diversos gêneros literários, como também as obras que têm por finalidade divulgar através da leitura os conhecimentos científicos ou técnicos. Nos livros de leitura de referência, obtemos de forma direta as informações desejadas.

O método descritivo compreenderá a caracterização de determinada população ou fenômeno estudado, haverá utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, e observação sistemática do estudo referido.

Outro tipo de pesquisa fundamental ao nosso trabalho é a pesquisa explicativa, em que há preocupação sobre a verificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este tipo de pesquisa explica a razão e o porquê dos fatos, por isso que se torna um método complexo, uma vez que se torna vulnerável à ocorrência de erros. (GIL, 2002)

Para realização desta pesquisa, observamos quais as principais dificuldades de aprendizagem que a pessoa com Síndrome de Down apresenta, como também, seu comportamento nas atividades em sala de aula e extraclasse.

### 3.2 Cenário e Participante da Pesquisa

O campo em que foi realizada a presente pesquisa foi na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), na cidade de Campina Grande-PB. No âmbito nacional a APAE nasceu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. Foi através da influência de Beatrice Bemis que pais, professores, amigos e médicos de pessoas com deficiência fundou a primeira APAE. Beatrice Bemis é de origem norteamericana e mãe de uma pessoa com Síndrome de Down<sup>3</sup>.

Com o decorrer dos anos, mais precisamente no ano de 1954 a 1962, sob a direção do médico psiquiatra Dr. Stansler Krynsky, houve a primeira reunião nacional dos dirigentes da APAE para discutir sobre deficiência, ainda nesta reunião houve a participação dos familiares que relataram suas experiências e convivência com os deficientes.

A APAE é uma associação que lida com pessoas com necessidades educacionais especiais, e que além da colaboração dos pais e amigos das pessoas com deficiência, a comunidade, o comércio, a indústria, os profissionais liberais e os políticos, acreditam neste trabalho e lutam pela causa da pessoa com deficiência.

No âmbito local, mais precisamente na cidade de Campina Grande-PB no dia 01 de setembro de 1982, a APAE foi criada por um grupo de pais cujos filhos

---

<sup>3</sup> Informação disponível em: <http://guinsilva.pessoal.ws/portfólio/sites/02/apaeimagens/histórico.pdf>.

tinham algum tipo de deficiência. Apesar de toda a sua legalização para funcionamento, infelizmente seu projeto não pôde ser concluído naquele ano. No ano de 1993 houve uma reunião com os pais, amigos, profissionais e pediatras com o objetivo de criar um grupo de apoio aos pais e crianças recém-nascidos com alguma deficiência, depois de alguns meses verificou-se a existência da documentação da APAE e o grupo resolveu fazer a instituição funcionar com atendimento sócio-psico-pedagógico.<sup>4</sup>

Atualmente, a APAE de Campina Grande-PB presta serviços clínicos e Educacionais para pessoas com Deficiência Intelectual ou múltiplas, como também diversas Síndromes, e tem por objetivo a reabilitação e o desenvolvimento global dos usuários.

A APAE tem 405 usuários, sendo que 104 são pessoas que apresentam Síndrome de Down. Esses usuários são matriculados na Clínica para tratamento, tendo por finalidade a reabilitação/evolução do seu quadro clínico. A parte clínica atende pacientes de diversas síndromes e conta com serviço especializado na parte de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Clínico Geral. Ainda sobre os serviços prestados na APAE, os usuários são beneficiados com os serviços da Equoterapia, Serviço Social, Oficina de Artesanato e Culinária, como também a parte de escolarização. Na parte da escolarização, os usuários são atendidos no período matutino. A escolarização da Apae tem por objetivo garantir que o aluno aprenda os conteúdos necessários para a vida em sociedade. Além dos conteúdos ministrados, os profissionais procuram estimular a independência dos usuários em sociedade. Na parte da escolarização a APAE conta com quatorze (14) professores com formação em Pedagogia. Para incentivar os professores, a APAE oferece palestras com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos em Educação Especial.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é uma associação filantrópica que conta com a ajuda de Doadores e da prefeitura de Campina Grande com subversão do Governo Federal.

Para realização desta pesquisa foi escolhido um aluno J. P. B. F, cujo nome fictício é Guilherme, e nasceu no dia 31-12-1991. Ele estuda na sala da EJA no 3° e 4° ano no turno da manhã. Segundo informações coletadas no seu prontuário,

---

<sup>4</sup> Informação disponível em: <http://campinagrande.apaebrasil.org.br>.

Guilherme ingressou na APAE em 1999, seus pais são oriundos de classe social baixa. Nesta sala de aula estudam 12 usuários com idade entre 16-30 anos, dentre os 12 usuários com diversas Síndromes, a pesquisa foi realizada com Guilherme pelo fato de o mesmo ser acometido com Síndrome de Down (CID- Q 90) está em processo silábico alfabético. Guilherme é uma pessoa alegre; gosta de futebol, assistir televisão, ler a Bíblia, sair com os amigos e acessar a internet. Em sala de aula ainda não realiza sozinho as atividades que são propostas para a turma, precisando que a professora o auxilie individualmente em suas atividades. Guilherme está em bom nível de leitura, mas ainda apresenta dificuldade na escrita e déficit de atenção. No aspecto cognitivo, ele, não consegue fazer assimilação e interpretação das atividades e necessita de apoio da professora e amigos.

Além de ser estudante da EJA, também têm acompanhamento com a Psicóloga, aulas de informática e participa como ouvinte do projeto de leitura na biblioteca. Esses atendimentos acontecem uma vez por semana (quarta-feira), durante uma hora.

Segundo a professora de informática, a aula no laboratório é por turma, sendo que, quando necessário e dependendo da gravidade da deficiência, o atendimento é individual. Ainda de acordo com a professora, Guilherme é um menino interativo e prestativo; em relação às atividades desenvolvidas no laboratório (jogos softwares), ele consegue fazer a diferenciação dos objetos e a relação do som com a imagem, mas apresenta dificuldade na coordenação motora fina. No laboratório são trabalhados vídeos que contextualizam com o assunto que está sendo ministrado na sala de aula. Esses vídeos tem por objetivo estimular a atenção e a memória dos usuários com Deficiência Intelectual.

### 3.3 Instrumentos da Pesquisa

Durante a elaboração deste trabalho foi realizada uma observação participante. A observação é participante quando existe uma interação entre o pesquisador e os membros das situações das quais são pesquisadas. Ainda na pesquisa participante há uma diferença entre ciência dominante e ciência popular. Por ciência dominante compreende-se uma atividade que privilegia a manutenção

do sistema vigente, já na ciência popular é permitido que o indivíduo crie, trabalhe e interprete a realidade a partir dos recursos que a natureza possa lhe oferecer. Na ciência popular o conhecimento é derivado do senso comum. (GIL, 2002).

### 3.4 Estudo de Caso

Entendemos por estudo de caso uma modalidade de pesquisa específica, pois consiste no estudo intenso, de um ou poucos objetos, isso permitirá seu amplo e detalhado conhecimento do objeto em estudo. Esse estudo é utilizado nas ciências sociais e biomédicas. Vimos que na análise de um ou de poucos casos não pode haver generalizações, por isso, o objetivo do estudo de caso não é proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas, ter noção geral do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por eles influenciados. (GIL, 2002).

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para construirmos a apresentação e discussão da presente pesquisa foi necessário planejar e realizar algumas atividades para verificar as possíveis dificuldades apresentadas por Guilherme, o participante do nosso estudo. Este item está dividido em; compreendendo as vogais, compreendendo as consoantes, a Linguagem, os jogos dos Bichinhos, Resolução dos Problemas, as Observações feitas em sala de aula da escola da APAE. O atendimento individualizado de Guilherme foi realizado na biblioteca, e teve como objetivo observar seu desenvolvimento nas atividades propostas e, ao mesmo tempo, incentivar sua autonomia na construção do conhecimento.

### 4.1 O Atendimento Pedagógico Individualizado

#### 4.1.1 Compreendendo as Vogais

Guilherme já consegue realizar leituras, mas ainda apresenta dificuldades na escrita. Para realizar a 1ª atividade com Guilherme foi proposta uma música (Peixe Vivo), cujo autor é Milton Nascimento.

Através da referida música trabalhamos as vogais, pedimos para Guilherme identificar as vogais no texto. O aluno não soube responder. Sentimos a necessidade de intervir. Falamos que as vogais eram A, E, I, O, U. Foi apresentado o alfabeto móvel e pedimos para o aluno selecionar as vogais. O aluno selecionou dessa forma; A, B, E, I, O, U. Ao ver que o aluno não conseguiu selecionar corretamente as vogais, houve intervenção apresentando verbalmente e através do alfabeto móvel as vogais corretas. Após a apresentação e com a mediação da pesquisadora o aluno conseguiu selecionar corretamente as vogais. Partindo para a atividade proposta, trecho da música (Peixe Vivo), foi pedido para circular as vogais contidas nesse trecho. O aluno mostrou-se confuso no que era para fazer. Mais uma



vez falamos que as vogais eram A, E, I, O, U e logo depois pedimos para que selecionasse no alfabeto móvel, o aluno conseguiu. Quando pedíamos para ele fazer a leitura da palavra e identificar as vogais, não conseguia. Pedíamos para ele olhar no que tinha separado e observar se na palavra que leu tinha alguma letra que tinha selecionado, desta forma ele conseguiu identificar a vogal e realizar a atividade. Observamos que Guilherme consegue identificar as vogais apenas com a intervenção da pesquisadora.

Para compreendermos melhor como ocorre esse desenvolvimento da aprendizagem nas crianças, deve-se levar em conta seu nível de desenvolvimento Real (capacidade da criança desempenhar tarefas sozinho) e seu nível de desenvolvimento Potencial (capacidades de realizar tarefas com ajuda de um professor ou adulto experiente). É a partir desses dois níveis que definimos a Zona de Desenvolvimento Proximal como a distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial, ou seja, o que a criança consegue fazer sozinho e o que ele consegue realizar com a ajuda de um mediador. (KOLL, 2010).

A Zona de Desenvolvimento Proximal é um domínio psicológico o qual ocorrerá no sujeito significativas transformações, no entanto, compreendemos que aquilo que o sujeito é capaz de realizar com ajuda de alguém, conseqüentemente ele conseguirá realizar sozinho amanhã. Entendemos ainda que o desenvolvimento intelectual dos sujeitos particulares ocorra através da interação social e das condições de vida que o individuo está inserido. (KOLL, 2010).

Ainda na mesma atividade em outra questão foi pedido para completar as vogais que faltavam na palavra PEIXE. O aluno sentiu dificuldade em saber a ordem que seguia. Foi perguntado a ele como se escrevia a palavra PEIXE. Com nossa mediação pedimos para ele selecionar a palavra PEIXE no alfabeto móvel e observar as letras que estavam faltando para completar a palavra, desta forma, ele conseguiu realizar a atividade. Foi observado que ele só consegue identificar as vogais com nossa mediação.

#### 4.1.2 Compreendendo as Consoantes

Ainda na realização da atividade do Peixe Vivo, foi perguntado para Guilherme se conhecia as consoantes. Ele disse que sim, mas na hora que solicitamos para falar quais era ele não sabia. Falamos quais eram as consoantes. Depois pedimos para ele falar, mas só conseguia lembrar-se de algumas e mesmo assim confundia as vogais e consoantes. Com nossa mediação pedimos para ele separar as consoantes no alfabeto móvel, sempre perguntando qual letra era, qual vinha antes e depois. Ele conseguiu formar as consoantes no alfabeto móvel. Em outra atividade foi pedido para circular as consoantes, o aluno apresentou dificuldade de identificar. Com nossa mediação foi solicitado para separar as consoantes das vogais no alfabeto móvel e para comparar a letra que a pesquisadora ditava se era consoante ou não. Quando perguntado se a letra U, E, era consoante ele disse que sim, pedi para olhar na seleção das letras que ele tinha feito, ele observou que não era e fez a correção e circulou a correta.

Para melhor compreensão das consoantes foi trabalhado um jogo (troca letras) que tem por objetivo trabalhar as consoantes, a leitura e a escrita. No jogo era apresentada uma figura para ele escrever o nome. Para todas as figuras foi perguntado o nome e ele falava corretamente, ou seja, conseguia associar a imagem a palavra. Quando ele pegava uma letra eu perguntava se a letra era uma vogal ou uma consoante ele ficava confuso. Perguntei se a letra J era consoante ele falou que não, e para letra E falou que sim. Novamente, solicitamos para que ele separasse as vogais e consoantes no alfabeto móvel. Durante o jogo quando pegou o desenho do DENTE ele escreveu- DETE, na figura do PINTINHO escreveu- PITOHO, na palavra PENTE - PETE, na palavra FOLHA - FRONA. Após a identificação dos “erros”, solicitamos que ele lesse e observasse se a palavra formada estava correta. Escrevemos as palavras no quadro, solicitamos que ele lesse as palavras e comparasse para saber se estava certo. Ao perceber o “erro”, imediatamente ele fez a correção. Observamos que Guilherme consegue identificar algumas consoantes e vogais, mas tem dificuldade em classificá-las.

Mesmo diante das dificuldades intelectuais decorrentes da Síndrome de Down, Guilherme encontra-se em nível silábico-alfabético, visto que, segundo Nogueira (2014), neste processo temos a passagem do nível silábico para o alfabético. É onde temos um processo de escrita quase alfabética, pois a criança é

capaz de escrever alfabeticamente determinada sílaba e para outras sílabas continua silábico. A criança é capaz de reconhecer que a sílaba apresenta duas letras e que também existem sílabas com mais de duas letras. Ainda nessa fase a criança apresenta-se confusa em separar palavras quando escreve frase ou textos.

Durante a realização das atividades, percebemos que Guilherme apresenta dificuldade na escrita das sílabas complexas, por isso, mesmo diante das limitações intelectuais apresentadas, é preciso que haja intervenções da professora na aplicação de atividades que favoreçam a aprendizagem dessas sílabas.

#### 4.1.3 Linguagem

Durante o acompanhamento com Guilherme foi observado que o mesmo apresenta atrasos no desenvolvimento da linguagem. Não consegue pronunciar corretamente algumas palavras como a exemplo; ESTRELA- pronunciou ESCRELA; ABACAXI- pronunciou ABABACAXI; ARANHA pronunciou ARANJA.

Sobre a compreensão da linguagem das pessoas com SD de acordo com Schwartzman (1999 apud VOIVODIC, 2004) essa pessoa começa a falar por volta dos dezoito meses, e é capaz de compreender mais as palavras e gestos do que emitir palavras.

Essa dificuldade na produção da fala pode ser devido a um vocabulário reduzido, e isso faz com que essas pessoas não consigam se expressar na mesma medida que compreendem o que é falado. Por isso, é importante que a estimulação da fala dessa pessoa seja feita nos primeiros anos de vida. O ideal é que tenha acompanhamento desde cedo com a fonoaudióloga para que sua linguagem seja instigada, garantindo um melhor desenvolvimento na linguagem e nas relações sociais. No âmbito escolar o seu atraso na linguagem compromete a compreensão das palavras pelos amigos e pela professora. Diante dessa dificuldade, é interessante que haja estímulos no processo de leituras.

#### 4.1.4 Os Jogos dos Bichinhos

Reconhecimento das vogais. Trabalho de Leitura e escrita. Através desse jogo o aluno conseguiu associar a imagem das figuras à palavra. Pedi para

completar a palavra com as vogais que faltavam; na palavra CANGURU- o aluno, colocou CANGURO, na palavra CARACOL- escreveu CAROCOL. Com minha mediação soletei as palavras CANGURU E CARACOL, pedi para que ele formasse a palavra no alfabeto móvel e depois lesse. Ele escreveu CANGURO, CAROCOL. Para algumas palavras como VACA- GRILO- PATO, o aluno conseguia completar a palavra sozinho. Sempre que formava uma palavra pedíamos para fazer a leitura e dizer se a palavra era vogal ou consoante, ele conseguiu identificar com mais segurança as vogais. Para as palavras dissílabas não apresentou tanta dificuldade, mas para as trissílabas ou quadrissílabas, sim. Ao concluir o jogo, foi feito um ditado com as palavras do jogo, logo depois solicitei que escrevesse através do alfabeto móvel ele escreveu; BORBOLETA- BOTOLETA; ESQUILO- ESQUIRO; URSO- USUSO; CACHORRO- CAHORO. Com minha mediação, utilizei a lousa para escrever a palavra certa. Pedimos para que ele observasse se as palavras que ele escreveu estavam certas. Ele falou que não. Falei, observe a palavra BORBOLETA, está correto, ele disse não. Eu disse, como se escreve a palavra certa, depois do BO escreve a letra T OU R. Ele disse R. O aluno com minha mediação conseguiu fazer a correção das palavras.

#### 4.1.5 Resolução do Problema

De acordo com o Estudo de Caso realizado com Guilherme, supomos que a natureza do seu problema seja de origem cognitiva, motora de linguagem, atenção e memória. Sabemos que devido á Deficiência Intelectual, o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem passa por variações. Dessa maneira, é preciso que haja estimulação precoce em todas as áreas. Diante das dificuldades apresentadas por Guilherme é necessário que sejam planejadas novas práticas pedagógicas que façam com que haja desenvolvimento e aprendizagem significativa.

Como ele se apresenta em nível silábico alfabético, e sente dificuldade na escrita das sílabas complexas, é preciso que sejam realizadas atividades que proporcionem aprendizagem significativa, como por exemplo; Ditado para que seja estimulada sua escrita e leitura. Devido sua deficiência intelectual, fica difícil

trabalhar só com o abstrato, dessa forma, é importante apresentar atividades que possam fazer uso do material concreto para melhor assimilação do conteúdo. Buscar trabalhar com jogos associativos e da memória para que ele consiga desenvolver melhor sua memória e atenção. Realizar Oficinas de Leitura e atividades para melhorar a coordenação motora fina.

Sabemos que o processo de Desenvolvimento e Aprendizagem pelas pessoas que apresentam alguma deficiência não é fácil, no entanto, a participação da família no desenvolvimento das atividades é de grande importância, visto que a estimulação e apoio é importante para que esse indivíduo possa aprender.

Mesmo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas pela pessoa com Síndrome de Down, o professor deve focalizar nas potencialidades que o aluno apresenta realizando atividades que despertem o interesse e o desenvolvimento da sua aprendizagem.

#### 4.2 Observação em sala de aula e extra-sala Aluno e Professor

Para a realização desta pesquisa foi feito um estudo de caso com Guilherme, na APAE, como também observações do seu comportamento e desenvolvimento em sala de aula e extra-sala. Nas atividades em sala de aula, ele apresenta dificuldade na compreensão das idéias, ou seja, na interpretação e assimilação. Mostra-se dependente para realização das atividades, no entanto, a professora auxilia na realização das atividades propostas. Apresenta memória curta e dificuldade de concentração e atenção. Apesar de ter uma ótima interação social com os amigos, apresenta dificuldade na comunicação (fala). Diante das atividades propostas, é perceptível que Guilherme ainda apresenta déficit na coordenação motora fina.

Na realização das atividades em sala de aula, a professora demonstrou domínio dos conteúdos ministrados como também conhecimento na Área da Educação Especial. Na sala da EJA estudam pessoas com diferentes Síndromes, no entanto, a professora ao apresentar as atividades, busca contextualizar o conteúdo. Explica as atividades de forma clara para que possam entender.

Ao iniciar a semana a professora solicita que os alunos escrevam no seu diário como foi seu final de semana. Os que estão mais avançados na leitura e escrita conseguem relatar com mais clareza os fatos ocorridos, mas aqueles que ainda estão no processo de escrita e leitura (nível silábico) precisam de ajuda do professor. Para esses alunos, ao final do relato, a professora pede para eles lerem e ela faz a transcrição no diário. Para os usuários que apresentam dificuldade de socialização, a professora busca atribuir tarefas (distribuir atividades, recolher material) que estimule a interação com os outros amigos. Para alguns alunos as atividades propostas em sala de aula são diferenciadas pelo fato de alguns alunos apresentarem maiores dificuldades na aprendizagem. A professora procura trabalhar com material concreto, pois os alunos conseguem assimilar melhor o conteúdo.

Em outro momento a professora seleciona um texto (Água) com o intuito de incentivar a leitura e escrita. Logo após fazer a leitura do texto começa a fazer indagações, os alunos interagem e ela começa a fazer questionamento acerca da problemática. Trabalha a conscientização da falta de água. Ainda dentro do texto trabalha datas e faz comparações. Faz agrupamentos para realizar as atividades do texto lido. Ainda dentro do conteúdo ministrado, a professora trabalhou com filme (O segredo das Águas) com o intuito de fazer os alunos relacionarem o conteúdo ministrado em sala ao filme. Durante a exibição do filme, Guilherme não consegue ficar concentrado. Desvia a atenção olhando para os colegas e logo depois começa a ler a bíblia que sempre carrega no bolso. Durante o filme, houve várias pausas para explicação, a professora fazia questionamentos para saber se eles estavam entendendo a mensagem que o filme queria passar. Guilherme, não apresentou interesse pelo filme e quando perguntado pela professora do que se tratava, ele não soube responder.

Durante as aulas observadas a professora explora diversas atividades para melhorar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Atividades com charges, interpretação de texto, e produção de texto e sempre procura manter diálogos. Faz jogo da verdade para incentivar a oralidade e a interação entre os alunos. Para os alunos que sentem dificuldade nas atividades, a professora atende individualmente, explicando a atividade até o momento em que ele “compreenda o que é para fazer”.

Além das atividades sugeridas em sala de aula, a professora proporciona passeios com a turma. No dia 30-04-2015, fomos visitar o Parque Itacoatiara localizado no Município do Ingá-PB. Antes da visitação, houve uma exposição do mapa da Paraíba com a finalidade de apresentar as principais cidades e mostrar a localização do Ingá. O passeio teve por objetivo a socialização e a apresentação da história do Parque.

Nas aulas de atividade física, Guilherme apresenta boa coordenação motora ampla. Interage bem com os amigos e consegue realizar as atividades propostas pelo educador físico.

Quanto á socialização, Guilherme apresentou uma ótima interação com os amigos de sala de aula, professores e funcionários. É um menino educado, obediente, prestativo, participante nas atividades e bastante afetivo. Apesar de suas limitações apresenta uma boa auto-estima.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente trabalho consideramos que, mesmo diante de grandes dificuldades, exclusões e discriminações que as pessoas com deficiência sofreram ao longo da história da humanidade e ainda sofrem é possível que, com apoio da família e da escola, elas possam desenvolver atividades significativas na sociedade. A família tem papel fundamental no processo de desenvolvimento dessa pessoa, aceitar a deficiência e procurar orientação profissional é um passo importante para o crescimento intelectual e social da pessoa com deficiência.

A inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares de ensino, requer uma boa estrutura física, como também profissionais qualificados para trabalhar com essas pessoas. A inclusão precisa ser de qualidade, para que o sujeito possa ser respeitado e seu aprendizado garantido.

Observamos que apesar da deficiência intelectual e as limitações apresentadas pelo aluno com SD, ele apresenta capacidades que devem ser desenvolvidas, e para isso é preciso que ele seja estimulado precocemente pela família e educador. Quando ocorre esse estímulo, a pessoa com SD é capaz de se desenvolver e aprender os conteúdos curriculares, buscando sua autonomia na sociedade.

Para que ocorra a aprendizagem significativa do aluno com Síndrome de Down no âmbito educacional e social é preciso que haja intervenção do professor, mas para isso é necessário que a escola tenha estrutura adequada para incluir o aluno e oferecer condições dignas para o professor realizar um bom trabalho. O professor, para realizar intervenções no processo de ensino e aprendizagem desse aluno, precisa ter uma boa formação que o direcione a montar estratégias pedagógicas que levem a verdadeira aprendizagem do aluno. A formação continuada é um fator importante nesse processo, pois não se trata apenas de adquirir mais um conhecimento e sim colocá-lo em prática, para que possam ocorrer as mudanças significativas nos sujeitos envolvidos.



Outro fator importante para que ocorra a aprendizagem do aluno com SD na escola regular de ensino é que ele tenha desde cedo AEE. Esse atendimento feito por professores capacitados será de grande importância, visto que ajudará o aluno na compreensão das suas atividades e no desenvolvimento da sua autonomia. É um atendimento que deve respeitar as limitações da pessoa com deficiência e, ao mesmo tempo focar nas potencialidades do sujeito, para que seja construída a aprendizagem significativa do aluno.

Por tudo isso, compreendemos que a pessoa com Síndrome de Down, mesmo diante de suas limitações e anseios é capaz de se desenvolver e aprender, mas para que isso aconteça é preciso que seja estimulada pela família, escola e sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Federação Nacional das Apaes. **Manual de pais e dirigentes: uma parceria eficiente**. Brasília: Fenapaes, 2008.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CARDOSO, M. S. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão: uma longa caminhada. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação especial: em direção à educação inclusiva**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CICILIATO, M. N.; ZILOTTI, D. C.; MANDRA, P. P. Caracterização das habilidades simbólicas de crianças com síndrome de Down. **Rev Soc Bras Fonoaudiol.**, n. 15, v. 3, p. 408-14, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v15n3/16.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CORRÊA, M. A. M. **Educação especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, A. L. L. V. et al. **Deficiência mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. (Atendimento Educacional Especializado).

KOLL, M. O. **VYGOTSKY: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

LEITE, M. S. C. Atendimento educacional especializado para um aluno com Síndrome de Down: uma proposta educacional na rede estadual de ensino da Paraíba. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, 1., **Resumo...** [S.l.: s.n.], 2004.

LOURENÇO, É. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTINS, L. A. R. Um olhar para a formação docente na perspectiva da educação inclusiva. In: MARQUEZINE, M. C. (Org.) **Políticas públicas e formação de recursos humanos em educação especial**. Londrina: ABPEE, 2009.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, S. S.; SILVA, P. C. O processo de aquisição da língua escrita: fundamentado em Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 6., 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: AINPGP, 2014. Acesso em: <<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

RAPOLI, E. A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: MEC, 2010.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preparação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

TÉDDE, S. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 10 set. 2014.

VOIVODIC, M. A. M. A. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down**. Petrópolis: Vozes, 2004.


## **ANEXOS**

## Anexo A – Atividade A

**PEIXE VIVO**

COMO PODE O PEIXE VIVO  
VIVER FORA DA ÁGUA FRIA  
COMO PODEREI VIVER  
COMO PODEREI VIVER  
SEM A TUA, SEM A TUA  
SEM A TUA COMPANHIA




*Cantiga popular*






1. Circule as vogais encontradas na música acima

2. Complete com as vogais que estão faltando:

PE L X E      B A L E I A      C A R E N G E I J

T U B E R E S      E S T R E L A S D E M O R      G E L F L N M O

3. Escreva as vogais:

A A E E I I O O U U

## Anexo B – Atividade B

DATA: 20/02/2019

TURMA: 1º B

CIRCULE AS CONSOANTES QUE A PROFESSORA DITAR:



Anexo C – Musica – Peixe vivo

---

MÚSICA  
PEIXE VIVO  
(MILTON NASCIMENTO)

Como pode o peixe vivo  
Viver fora da água fria  
Como pode o peixe vivo  
Viver fora da água fria

Como poderei viver  
Como poderei viver  
Sem a tua, sem a tua.  
Sem a tua companhia  
Sem a tua, sem a tua.  
Sem a tua companhia

Os pastores desta aldeia  
Já me fazem zombaria  
Os pastores desta aldeia  
Já me fazem zombaria

Por me verem assim chorando  
Por me verem assim chorando